

Lugar de estudante

Maria Paula Zamin, aluna de Engenharia Física, é bolsista de iniciação científica no Laboratório de Microeletrônica da UFRGS

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Para além da sala de aula

Seja por conhecimento, curiosidade ou desejo de seguir na academia, a iniciação científica abre novas possibilidades para os estudantes de graduação através do programa de bolsas da Pró-reitoria de Pesquisa ou de vínculo voluntário. Saiba quais são as alternativas para os graduandos conhecendo a experiência de alunas que buscaram a pesquisa para experimentar, na prática, o que estão aprendendo em sala de aula. **P5**

ACESSIBILIDADE

Em busca da inclusão

Assim que ingressa na Universidade, todo estudante com algum tipo de deficiência tem acesso aos serviços do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade, dentre os quais estão a adequação de material pedagógico, o acompanhamento nas atividades acadêmicas e a adaptação de mobiliário. Relatos ilustram o quanto tais ações têm contribuído ou ainda podem evoluir para melhorar a vida desses alunos na UFRGS. **P3**

LICENCIATURAS

Perda de bolsas afeta o Pibid

São muitos os relatos positivos de estudantes de licenciatura que têm ou tiveram a oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Entretanto, os cortes recentes de verbas têm preocupado professores, estudantes e escolas onde são desenvolvidas as atividades pedagógicas. No edital publicado neste ano pela Capes, por exemplo, está prevista uma redução de 50% da oferta de bolsas. **P6 e 7**

MOBILIZAÇÃO

Protagonismo estudantil

Perseguido por causa da luta pela democracia durante o regime militar, o movimento estudantil hoje se vê novamente como alvo de ataques governamentais. Segundo as entidades, o enfrentamento do desmonte da educação pública levou o governo a “retaliar” os grupos com discursos difamatórios e com a medida que criou a carteira estudantil digital, o que afeta a arrecadação de algumas associações. **P10**

EXPURGOS

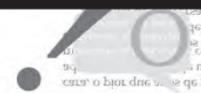
Marcas da ditadura na UFRGS



A inauguração de monumento no Câmpus Centro e de uma exposição de aquarelas no Centro Cultural (Ensaio, p. 12) marcam o início de um resgate necessário: as histórias de perseguição política a servidores e estudantes durante a ditadura militar. Professores expurgados em processos arbitrários, alunos presos e a proibição da organização dos trabalhadores são as marcas que o regime deixou na Universidade. Mais de cinco décadas depois, as histórias e lições daquela época voltam à superfície. **P8 e 9**

ESCOLHA DE REITOR

Francisco Marshall propõe partilha eleitoral para ampliar participação na Universidade



Espaço da Reitoria

Jane Fraga Tutikian
Vice-reitora e Pró-reitora Acadêmica

Um caminho plural e inovador

Quando se fala que a graduação é a alma da Universidade, não se está usando uma figura de retórica! É ela que faz pulsar a vida acadêmica. É nela que recebemos a meninada em fim de adolescência e, numa troca constante entre experiência e juventude, devolvemos à sociedade jovens adultos transformados em profissionais qualificados, prontos para enfrentar o mercado. Ouso dizer que lidar com os jovens é o lado mais bonito da carreira acadêmica!

Ultrapassada a barreira do vestibular, os estudantes universitários têm um novo mundo à frente. E queremos que ele seja de prazer, de curiosidade e aprendizado, de pesquisa, de convívio com a comunidade e com a pluralidade.

Foi pensando nisso que preparamos 2020 para quem chega aos cinco câmpus da Universidade. A partir de agora, os novos alunos fazem parte da família UFRGS, e a família UFRGS traz consigo o orgulho de ter sido avaliada, pelo oitavo ano consecutivo, como a melhor universidade federal do Brasil.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) é que integra a comunidade à vida universitária.

É ela que cuida da assistência estudantil, tão importante nos dias de hoje, já que 50% das vagas são reservadas para alunos cotistas, seja pelo critério étnico-racial, sócio-econômico, ou pessoas com deficiência. A assistência estudantil é prioridade na UFRGS: são disponibilizadas três Casas de Estudantes, auxílio-moradia, recursos para aquisição de material, vale-transporte e Restaurantes Universitários. Os alunos contam ainda com bolsas de iniciação científica, de extensão, de ensino e de informática. Para os acadêmicos que precisam de orientações ou esclarecimento de dúvidas, a PRAE mantém a Tua UFRGS, uma central de atendimento multicanal que funciona em ambiente agradável, colorido, todo pensado pelos próprios estudantes,

Mas há mais, muito mais. Os jovens empreendedores podem se engajar na maratona de empreendedorismo e nas empresas juniores, formadas e geridas pelos alunos. E, se o interesse forem laboratórios, ah! A UFRGS tem muitos e de ponta, como o Laboratório de Metalurgia Física (Lamef) e o Zenit – Parque Científico e Tecnológico. E as 27 unidades? Falo de algumas: a Enfermagem tem uma família de robôs, a Engenharia faz o que

imaginarmos, até uma guitarra de concreto criou! O Instituto de Letras oferece o Programa Português para Estrangeiros e o Núcleo de Ensino de Línguas Estrangeiras (Nele), que ensina idiomas para os brasileiros; e há, ainda, o mandarim no Instituto Confúcio. A Esefid tem um excelente câmpus para a prática de esportes.

A UFRGS está fortemente preocupada com as questões relacionadas ao planeta – e essa geração é consciente de sua importância –; somos a única universidade no Brasil a ter um Escritório de Sustentabilidade. Na arte e na cultura, nosso paradigma é o Centro Cultural, mas temos também museus, bibliotecas, cinema, sala de teatro.

A UFRGS é, enfim, um universo no universo, cujo centro da formação oferecida é o ser humano e a vida, sua capacidade criativa em todas as áreas do conhecimento. É como queremos dar as boas-vindas à meninada que chega: o que projetamos para 2020 é um caminho plural e inovador, no qual o horizonte é o desenvolvimento e a justiça social. Um caminho que percorreremos juntos: nós, com a experiência; eles, com a juventude.



Carta aos leitores

Os ataques do governo federal ao sistema público de universidades transcenderam a retórica: vieram mudanças na escolha de reitores, suspensão de contratações de servidores para diversos cargos e limitações para a participação de pesquisadores em eventos científicos. Criamos, assim, empecilhos para a organização dos sistemas de investigação, principalmente num momento em que fazer ciência pressupõe trabalho em cooperação. Este é um período que nos exige mais resistência e mais enfrentamento das questões que tocam às instituições federais de ensino superior.

Neste mês, chegam à UFRGS pouco mais de 3.700 novos estudantes para, nos próximos anos, realizarem sua formação em nível de graduação. Como é – e como pode ser – essa experiência no ambiente universitário? Pensando sobre isso é que organizamos uma edição que, ao mesmo tempo, aponta alguns desses caminhos e traz um pouco da memória da Universidade. São, pois, dois modos de dar as boas-vindas a esses que agora participarão deste período que nos exige congregação.

Uma grande lição, nesse sentido, vem da recém-graduada Cássia Lima Lemos, que ingressou em Arquitetura e Urbanismo pelo sistema de cotas étnico-raciais: a rede espontânea de apoio, convivência e diálogo criada por ela e alguns colegas negros deu aos momentos em que estiveram na Universidade um sentido de pertença maior, como a agora egressa conta na sessão Meu Lugar. Numa direção semelhante, os caminhos possíveis para que pessoas com

deficiências possam se sentir incluídas são um desafio constante para a instituição e um tema que agora revisitamos – já trouxemos extenso levantamento sobre o assunto em junho de 2016 em reportagem que, depois, recebeu o Prêmio Rui Bianchi de jornalismo.

Ainda nesse rumo, apresentamos o movimento estudantil como espaço de articulação do corpo discente – também ele sofrendo reveses por ações do governo federal. E, com objetivo de contribuir para um debate candente sobre a representatividade na Universidade e situar aqueles que agora entram na UFRGS, trazemos um artigo que propõe uma nova visão sobre o sistema de escolha de reitor.

Entre as trilhas possíveis na graduação está o Pibid (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência). Destinado aos estudantes de licenciaturas, é tema de reportagem que mostra o quanto experiências pedagógicas no contexto das escolas públicas instituem um processo vivencial que enriquece o professor em formação ao mesmo tempo em que areja o ambiente escolar. É, pois, um duplo investimento em educação – na universidade e na escola – que sofre com a míngua de recursos. Também trazemos uma matéria sobre a iniciação científica como um percurso para aqueles que pensam começar uma carreira acadêmica: além de ser um modo de aprofundamento pedagógico e aprendizado, pode ser fonte de renda.

A reportagem sobre os expurgos da UFRGS, o conjunto de aquarelas sobre o período ditatorial no Ensaio e o perfil da profes-

sora aposentada Flávia Ohlweiler da Silveira apresentam elementos que buscam contribuir para que a memória desse período tão duro para a UFRGS e para o país permaneça viva e nos sirva de referência para os posicionamentos que hoje podemos e devemos adotar.

Neste mês, ainda, apresentamos algumas mudanças na composição da edição impressa do JU que buscam atender às novas dinâmicas de leitura do tempo que vivemos. A coluna com destaques da programação da UFRGS TV, que antes ocupava a página 3, agora terá espaço em forma de blogue no site do JU com atualização semanal. Junta-se a ela um espaço do gênero feito pela Rádio da Universidade. Essa iniciativa amplia o conjunto de produções disponíveis em nossa plataforma digital: o Lugar de Livro, com resenhas de obras feitas por integrantes da comunidade universitária; o Laranja na Colher, com textos elaborados pela equipe de nutricionistas da Divisão de Alimentação; o Qorpo Crítico, elaborado por estudantes de Teatro; o blogue do acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo; o espaço de crítica de artes visuais Tramas de Arte; entre outros blogues produzidos pelo JU e por parceiros. Em tempos de adversidade, acreditamos, é preciso crescer, mas crescer em cooperação e fazendo nossas vozes, em coro, realçarem o papel que esta Universidade pública tem a cumprir para que o Brasil seja um país plural e, de fato, em desenvolvimento cultural, científico e intelectual.

Boa leitura!



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social André
Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de
Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial Alan Alves-Brito, Alex Niche Teixeira,
André Iribure Rodrigues, Angela Terezinha de Souza Wyse, Aragon
Érico Dasso Júnior, Everton Cardoso, Fernanda Souza de Bairos,
Fernando Seffner, Marcos Vesolosquzi Kaingang, Mariana Baierle
Soares e Romulo Vieira Concelção e Thais Furtado
Editor-chefe Everton Cardoso
Editora-executiva Jacira Cabral da Silveira
Editor-assistente Felipe Ewald
Repórteres Felipe Ewald e Fernanda da Costa
Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira
Diagramação Carolina Konrath
Fotografia Flávio Dutra, Gustavo Diehl e Rochele Zandavalli
Revisão Antônio Falcetta e Cristina Thumé Pacheco
Boisistas (Jornalismo) Bárbara Lima, Emerson Trindade
Acosta, Júlia Provenzi, Karoline Costa e Ricardo Moraes
Circulação Douglas de Lima
Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 10 000 exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.



Ações para inclusão

Acessibilidade Núcleo, atividades inclusivas e cotas buscam promover equidade no acesso estrutural e pedagógico a estudantes com deficiência na Universidade

Desde o processo seletivo de 2018, a UFRGS vem destinando a candidatos com deficiência física, auditiva, visual e intelectual 25% do total de vagas. A cota inclui ainda pessoas com transtorno do espectro autista, que também é considerado deficiência. A criação dessa modalidade veio em resposta à lei n.º 13.409/16, que exige essa cota.

Já ingressaram por essa política de reserva de vagas mais de 120 estudantes com deficiência. Mas, de acordo com a coordenadora da Divisão de Ingresso, Irma Bueno, não há como precisar o número total de pessoas com deficiência na Universidade, já que há casos de estudantes que ingressam por outras modalidades. Uma das razões para isso é o receio, por parte de alguns candidatos, de não conseguir reunir a documentação necessária para comprovar o acesso à cota e, assim, perder a vaga.

Fábio Lopes, aluno do 3.º semestre do curso de Direito noturno, ingressou na Universidade pela modalidade reservada a pessoas com deficiência. Ele descobriu a existência dessa possibilidade no processo seletivo de 2019, quando um amigo lhe sugeriu que ele se encaixaria nos pré-requisitos por ser cadeirante.

Atendimento – Antes do estabelecimento das cotas, a UFRGS já contava, desde 2006, com uma iniciativa que prestava serviços a estudantes e servidores com deficiência. Em 2014, ela passou por uma reestruturação e tornou-se o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (Incluir). “Com essa mudança, conseguimos ampliar a coordenação, o quadro de servidores, a quantidade de bolsistas. Enfim, agora temos um lugar na Universidade que é justamente para articular essas ações em relação à inclusão e à acessibilidade”, afirma Adriana Arioli, coordenadora do Incluir desde 2016.

O estudante tem acesso aos serviços do núcleo desde o momento em que ingressa na Universidade: durante a matrícula, recebe da Comissão de Graduação (Comgrad) do curso um formulário com as possibilidades de atendimento



Fábio Lopes, aluno de Direito, reclama da falta de comunicação entre instâncias da instituição

disponíveis. Esse formulário conta com campos relativos, por exemplo, aos aspectos pedagógicos que possam sofrer alterações para melhor atender as necessidades do aluno e à mudança de mobília da sala de aula. Depois de preenchido, o processo é protocolado e encaminhado à Comgrad, que o examina e o encaminha aos setores responsáveis.

Além de mediar as solicitações discentes junto aos diversos órgãos da Universidade, o Incluir é responsável por realizar adaptações de materiais didáticos e acompanhar os alunos em sala de aula. Entre as possibilidades estão ampliação de fonte de documentos, transcrição dos textos para braille e tradução e interpretação em libras. Para oferecer esses serviços, o núcleo tem em sua equipe uma revisora de textos em braille, uma pedagoga, uma psicóloga, uma assistente social, uma técnica em assuntos educacionais e dez intérpretes de libras.

O estudante Fábio Lopes afirma que o Incluir tem auxiliado em sua rotina na Universidade. Ele conta, por exemplo, com o apoio de um bolsista do núcleo uma vez por semana para frequentar o Restaurante Universitário – as-

sim recebe auxílio para percorrer o trajeto e servir a refeição.

“(...) conseguimos ampliar a coordenação, o quadro de servidores, a quantidade de bolsistas. Enfim, agora temos um lugar para articular essas ações em relação à inclusão e à acessibilidade.”

Adriana Arioli

Além disso, no acompanhamento que recebe da assistente social, é incentivado a participar das reuniões com sua Comgrad, para que assim possa

pleitear suas demandas junto aos setores responsáveis.

Fábio, que mora em Canoas, reforça que, além disso, é indispensável o suporte que recebe dos outros alunos: “Na realidade, os benefícios principais que eu tenho são os colegas. São eles que me auxiliam na locomoção, e também os professores, que em grande maioria são compreensivos com minhas faltas, pois tenho bastante dificuldade na questão da acessibilidade de Canoas até Porto Alegre”.

Um problema que Fábio diz identificar na Universidade é a falta de comunicação entre algumas instâncias, ainda que isso não o tenha afetado diretamente. Adriana comenta que é comum os alunos acreditarem que as demandas de inclusão sejam de responsabilidade unicamente do Incluir. “Na verdade, é algo institucional. Todos estão envolvidos nesse processo, não apenas um setor”, ressalta.

No sentido de oferecer serviços que garantam equidade de acesso às pessoas com deficiência, no ano passado o Incluir criou o projeto Leituras Obrigatórias Acessíveis (LEOA). Todas as obras exigidas no vesti-

bular foram disponibilizadas em arquivos de áudio voltados aos candidatos com deficiência visual. Mais recentemente, o núcleo lançou o projeto Rotas Acessíveis, que produz áudios que narram, com orientações precisas, diferentes percursos pela Universidade. De acordo com Adriana, estão disponíveis até o momento dois caminhos no câmpus Centro: a entrada da avenida João Pessoa até o Incluir e deste até a entrada na rua Sarmento Leite. Essas duas rotas se encontram no site www.ufrgs.br/incluir. “Esse projeto auxilia na locomoção de maneira autônoma, sem necessidade de pedir informação sobre onde fica determinado prédio ou setor”, destaca.

Coletivo – Além dos serviços oferecidos pelo Incluir, existe desde 2018 o Coletivo de Pessoas com Deficiência Adriana Thoma, que reúne alunos e servidores com deficiência para debater as problemáticas tanto nas questões arquitetônicas quanto dos serviços da UFRGS. De acordo com uma das organizadoras, Marinês Lorenz, o grupo vem se reunindo uma vez por mês, ainda sem local fixo.

“O primeiro objetivo foi tornar o coletivo conhecido, instituir uma marca para que todos o reconheçam como um movimento social das pessoas com deficiência dentro da Universidade”, enfatiza. Para colocar isso em prática, o grupo promoveu, junto com o Incluir, atividades de capacitação, que, de início, eram só para alunos e servidores com deficiência, mas que se tornaram abertas para todos que quisessem participar. “Assim, podem tomar conhecimento das nossas pautas”, conclui.

Ricardo Morais,
estudante do 5.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

ufrgs.br/jornal

Perfil do estudante de
Direito Fábio Lopes

A UFRGS TV e a Rádio da Universidade também estão no site do JU.

Acompanhe os blogues com os destaques da programação em

ufrgs.br/jornal

UFRGS
SECOM
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

JORNAL DA
UNIVERSIDADE

UFRGS TV

UFRGS
RÁDIO
1080AM



Isonomia, a mais doce palavra

Francisco Marshall*

A frase é de Heródoto e foi escrita há 2.560 anos para elogiar o que chamamos de democracia. O nome original era isonomia e significa o regime em que há regras que equalizam a sociedade. A palavra democracia foi usada só 84 anos após o surgimento da isonomia, em Atenas, em 508 a.C.; ela significa soberania popular, e esta é a melhor fonte política da isonomia. Com o primado da soberania popular, o exercício do poder ganha a força da legitimidade, a experiência e o conhecimento depuram as opções, o diálogo torna-se imperativo, educam-se os cidadãos para as escolhas e assegura-se o predomínio do bem comum. Este é produzido a partir das condições de igualdade jurídica em uma comunidade, com consequências culturais, sociais, econômicas e políticas, e leva a melhoras nas condições de vida da maioria ou mesmo de todos. Entre os gregos, na pólis; em nosso caso, na Universidade.

O convívio na Universidade é perturbado há anos por um desconforto que deve ser solucionado. O cerne do problema é a perpetuação de assimetrias ilegítimas dividindo a comunidade acadêmica. A diferença política vigente entre docentes, técnicos e estudantes parte de péssimos fundamentos e reproduz violações que geram mal-estar e minam a fortaleza da instituição. Injuriados com esta violência, vários setores e vozes da Universidade clamam por paridade, por meio de uma fórmula de partilha eleitoral que amplie a participação dos hoje minoritários técnicos e discentes. A finalidade desta plataforma é correta e benéfica; a palavra paridade, todavia, perpetua o problema mais grave, a distinção qualitativa no cerne da comunidade, atribuindo valores maiores e menores aos sujeitos políticos, sem justificativa aceitável.

É preciso, antes de mais nada, enfrentar e eliminar a base cultural e política que estabeleceu essas diferenças na comunidade, e então avançar para as soluções jurídicas compatíveis, que devem repercutir primeiramente na questão eleitoral.

“A diferença política vigente entre docentes, técnicos e estudantes parte de péssimos fundamentos e reproduz violações que geram mal-estar e minam a fortaleza da instituição.”

O quadro reverbera *Blade Runner*, de Ridyly Scott (1982), filme em que se confrontam humanos e andróides, os replicantes. A obra demonstra a violência e a hipocrisia dessa distinção, quando um replicante salva por compaixão a vida do protagonista humano, que o persegue, e o amor floresce entre o caçador humano

e uma andróide. É assim na UFRGS, quando professores consideram-se cultural e politicamente superiores. Esse narcisismo não tem o menor fundamento, e sua prática é um insulto aos colegas técnico-administrativos. O argumento pró-docente é um platonismo típico: os professores cultuam imagem em que se equiparam ao rei filósofo, superior em virtudes devido à excelência de seu saber. São, pela ciência e por suas qualidades culturais, permanentes, em contraste com os que, consideram os docentes, possuem menos saber e são transitórios. Logo, uns valem mais; outros, menos. A pertença a um dos grupos funcionais automaticamente implica juízos morais e políticos em que o estamento prevalente sai fortalecido, à custa de um insulto inaceitável. A diferença ontológica entre docente e técnico é uma falácia que deve ser denunciada e superada; vale o mesmo para o caso dos estudantes. É uma prepotência narcísica a reserva de poder exercida por docentes, fundada em bases éticas indefensáveis.

Além do fundamento humano e político, essa cisão não resiste à análise histórica. Os fatos mostram que nas eleições muitos docentes votam movidos por conchavos, apoio a amigos, cupidez de cargos e honras ou por motivações ideológicas nem sempre adequadas para o meio acadêmico. Nada assegura a virtude inata dos atos políticos de docentes, muito pelo contrário. Na outra face do desdém pela qualidade do pessoal administrativo desta Universidade, está a insensibilidade diante da qualidade e realizações admiráveis de muitos expoentes desse quadro funcional. A título de exemplo e símbolo, lembremos o papel extraordinário de Marininha Aranha Rocha, estruturando a iniciação científica desta UFRGS, desenvolvendo com enorme qualidade o que é hoje nosso principal evento, o Salão de Iniciação Científica, âncora de nossa se-

mana acadêmica. Marininha foi uma das principais autoras do desenvolvimento científico recente desta Universidade, sempre integrada às melhores metas, sensível ao belo potencial dos novos quadros de pesquisadores, líder com a qualidade de estimular equipes e agraciando nobres finalidades. Marininha é aqui citada como símbolo de uma qualidade que se evidencia em numerosos técnicos de altíssimo nível, muitos ocupando cargos superiores em pró-reitorias, para nosso alento e orgulho, e que não podem, de forma alguma, ser desdenhados como se fossem andróides replicantes a serviço de sua alteza, os humanos platônicos. Há, naturalmente, ótimos e péssimos exemplos entre docentes e técnicos, pois não é o pertencimento a uma ou outra categoria funcional que determina o quadro de virtudes e cacoetes.

O caso discente é um pouco mais complexo, mas não pode ser subtraído desse cenário. Nossos acadêmicos não são crianças ingênuas, mas a elite da juventude atual. Em sua maioria, possuem potência política moderna, forte motivação e herdada a memória do movimento estudantil, o que lhes assegura qualidade valiosa para a mobilização política na Universidade. Sua voz tem que ser reconhecida e ampliada sua participação nas eleições, com pleno espírito isonômico e democrático. O reconhecimento desse valor requer dos docentes o abandono dos cacoetes platônicos de se acharem melhores, mais preparados, permanentes e universais, e reconhecer que a democracia é realizada com a harmonia de dissonâncias. A reserva de inovação dos jovens é o coração passional e pulsante da Universidade.

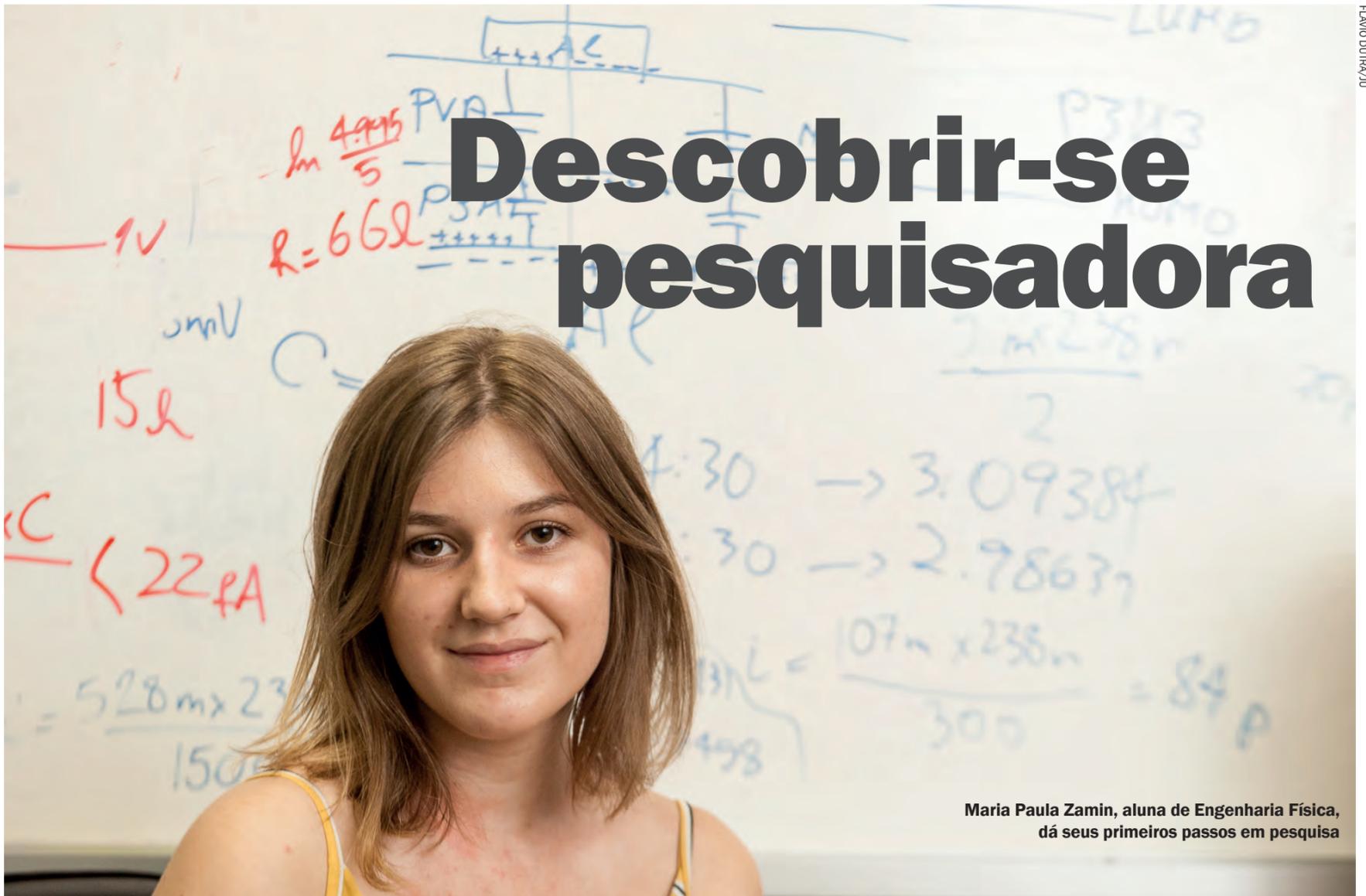
Em qualquer cenário, será imperativo desmontar o mito platônico que sustenta o privilégio docente e caminhar para a construção efetiva de uma comunidade, capaz de se reconhecer sem melindres e de cooperar para a realização do bem comum. Para isso, precisamos abandonar comportamentos e vocabulários viciados, incluindo-se a luta por paridade, termo que preserva a distinção injustificável entre humanos e andróides, fazendo do câmpus político um cenário pior que o de uma ficção científica antiga – a imagem de um mito arcaico, aristocrático. A palavra é isonomia, e com ela entendemos que é preciso revolucionar para produzirmos um ganho substantivo para nós e para as próximas gerações. É certo que um dia terá fim o atual necrogoverno, com sua voracidade antidemocrática, e que reconstruiremos os caminhos da liberdade, da participação e da dialética. É essa rota desafiadora e fecunda que devemos examinar para construir os novos tempos com a paz e a soma de todas as potências de nossa comunidade.

Em termos práticos: docentes e técnicos integrados em um mesmo colégio, com 70% dos votos, estudantes com os demais 30%.

*Professor do Departamento de História da UFRGS



Cena do filme *Blade Runner*, de Ridyly Scott (1982)



FLAVIO DUTRA/JU

Descobrir-se pesquisadora

Maria Paula Zamin, aluna de Engenharia Física, dá seus primeiros passos em pesquisa

Iniciação Científica Estudantes dos diferentes cursos da Universidade têm, nos projetos de investigação, aprendizado e desenvolvimento de carreira, além de uma possibilidade de renda

“Faz pouco tempo que comecei na pesquisa, em novembro, mas já fui capaz de desenvolver algumas habilidades com as quais antes tinha dificuldade, como organização do tempo.” É assim que Luísa Scopel, aluna do segundo semestre de Design Visual na UFRGS, resume sua experiência como bolsista voluntária em pesquisa.

Um dos programas mantidos pela Pró-reitoria de Pesquisa (Propesq), a iniciação científica visa fomentar a atividade na graduação. Segundo o pró-reitor Rafael Roesler, isso proporciona um aprendizado mais ativo para o estudante. “Um aluno que esteve na sala de aula é um processo mais passivo”, argumenta.

Foi justamente para incrementar o currículo que Luísa buscou a atividade quando ingressou no Design Visual, no segundo semestre de 2019. “Era um objetivo desde que entrei no curso, porque é um campo que possibilita um aprendizado para além da sala de aula”, conta. Por ter cursado previamente dois semestres em Engenharia Física, ela já sabia que a Universidade proporcionava oportunidades de trabalhar em pesquisa ainda na graduação.

Mesmo sendo mais difícil ter acesso à iniciação científica já no início do curso, pela falta de experiência do estudante, a vontade de pesquisar de Luísa cumpria os critérios estabelecidos pela pro-

fessora de Design Visual Clarissa Ziebel, que buscava um bolsista voluntário. “Procurei selecionar candidatos principalmente pela manifestação de interesse em aprender, não apenas por causa do conhecimento a respeito do assunto do estudo”, explica a docente.

Atualmente, mais de 65% das solicitações de bolsas remuneradas são atendidas pela Universidade, mas os recursos disponíveis ainda não são suficientes para contemplar os 2.358 pedidos realizados por pesquisadores na última chamada. É por isso que existe a possibilidade de participação voluntária dos alunos. De acordo com Rafael, esse envolvimento faz com que os estudantes recebam um certificado formal da Propesq, “igual ao do bolsista remunerado, atestando que ele participou da iniciação científica”.

No quinto semestre do curso de Jornalismo, Júlia Ozorio entrou na Universidade sem saber que era possível ter contato com pesquisa durante a graduação. “Eu não tinha conhecimento de como isso acontecia, achava que eram as pessoas por elas mesmas que iam conversar com um professor e falavam: ‘Estou com uma ideia para um artigo, quer me orientar?’”, confessa.

A imersão da aluna na iniciação científica ocorreu apenas no terceiro semestre, quando ela se vinculou como voluntária ao grupo de pesquisa Jornalismo Digital. Concomitantemente, Júlia

também era bolsista remunerada de extensão na UFRGS TV, pois precisava ter uma fonte de renda. A possibilidade de atuar em duas bolsas ao mesmo tempo, mesmo que uma fosse voluntária, não era possível até o ano passado. “O aluno que está na bolsa de extensão ou na bolsa de auxílio estudantil encontra-se em uma situação mais vulnerável economicamente. Quando a gente não permitia que ele fizesse bolsa voluntária, estávamos criando uma exclusão social para a iniciação científica”, explica o pró-reitor.

No final do ano passado, após seis meses trabalhando como voluntária, Júlia conseguiu uma bolsa remunerada. Mesmo assim, não deixou de ser bolsista voluntária, participando simultaneamente de outro projeto de pesquisa. Para ela, a iniciação científica é proveitosa tanto para quem quer continuar na academia quanto para quem irá seguir para o mercado de trabalho.

Financiamento – Na UFRGS, o Programa de Iniciação Científica oferece bolsas institucionais financiadas pela própria Universidade, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), além da possibilidade de vínculo voluntário. Segundo Rafael, a Propesq designa 70% dos seus recursos para financiar

o programa e contabiliza atualmente 1.700 bolsas distribuídas entre oito áreas do conhecimento.

O contrato dos bolsistas é de um ano e pode ser renovado a cada dois semestres sem limite de tempo para o vínculo. Já os requisitos e restrições da seleção são feitos pelos responsáveis por cada projeto de pesquisa. À Propesq cabe avaliar o mérito científico, artístico e técnico do projeto, as atividades a serem realizadas e os pré-requisitos que o pesquisador precisa ter para solicitar uma bolsa.

Carreira acadêmica – Além do interesse em aprender fora da sala de aula, os alunos têm buscado a iniciação científica por causa do desejo de seguir a carreira acadêmica. Estudante do quinto semestre de Geologia, Amanda Pericolo é um exemplo dos estudantes que buscam a atividade na graduação com objetivo de atuar como pesquisadores no futuro.

A estudante iniciou na pesquisa no terceiro semestre, mas só conseguiu uma bolsa para atuar em uma área com a qual não se identificava. A vaga para pesquisar algo de seu interesse foi conquistada no semestre seguinte: a Paleontologia (estudo das formas de vida existentes em períodos geológicos passados). “Eu aprendo coisas diferentes do que vejo em sala de aula, como se estivesse sempre colocando em prática os conhecimentos do curso”, conta.

Também decidida a seguir carreira acadêmica, a estudante de Engenharia Física Maria Paula Zamin ingressou na iniciação científica no terceiro semestre do curso. Ela confessa que foi difícil no começo administrar as disciplinas da faculdade e o trabalho na bolsa. Agora, depois de um ano de vínculo, até a timidez foi embora. “Quando cheguei, era muito retraída. Tinha medo de falar com os professores, mas depois descobri que eles querem ajudar”, relembra.

Seja pelo conhecimento ou pelo desejo de seguir na academia, a iniciação científica abre um leque de possibilidades para o estudante. “Dentre os benefícios imediatos, há o contato com alunos de mestrado e doutorado. Mais a longo prazo, o graduando pode aprender o que é uma pesquisa e se descobrir um pesquisador”, exemplifica a professora de Design Visual Clarissa Ziebel.

A estudante Maria Paula acrescenta mais um aspecto positivo da experiência: “Às vezes, ajuda a ficar na faculdade. Você pode estar desanimado porque não foi bem em uma prova ou estar cansado do semestre, mas aí lembra: ‘Eu tenho a bolsa, uma coisa que eu gosto’, o que dá uma força a mais para continuar”, conta sorrindo.

Karoline Costa,
estudante do 5.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

Ensinar para aprender

Docência *Redução nas verbas federais compromete as oportunidades disponibilizadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)*

Tânia Conceição de Souza Barreto sonhava em ser professora desde criança. Entretanto, nem sempre a realização desse desejo foi acessível, já que não encontrou escolas públicas com magistério na sua região na época em que frequentou o colegial. Aos 52 anos, ela está iniciando o 8.º semestre da licenciatura em Educação no Campo - Ciências da Natureza, no câmpus Litoral, e é bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).

Por meio do programa, a estudante teve sua primeira experiência em sala de aula como professora. “A gente se torna docente através do Pibid, porque fazemos muitas atividades de professores titulares, como planejar atividades, preparar aulas e aprender com o aluno”, conta. “No estágio, o conteúdo já foi preparado pelo titular. O Pibid dá a liberdade de contextualizar, fazer saídas a campo. É muito mais experimental.”

Iniciado em 2007 durante o governo Lula, o Pibid é uma ação

FOTO: FLÁVIO DUTRA/JU



Bolsistas do Pibid explicam projeto desenvolvido em sala de aula. A ideia dos seminários do programa é a troca de conhecimentos e experiências entre os licenciandos

da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC), que fornece bolsas para que os estudantes de licenciatura tenham, já na primeira metade do curso, experiências práticas de docência na educação básica da rede pública. O programa, no entanto, vem sofrendo cortes nos últimos anos segundo Roselane Zordan Costella, coordenadora institucional do Pibid na UFRGS de 2013 a 2017 e atualmente coordenadora da área de Geografia. De acordo com informações encontradas pela reportagem no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estão previstas no edital do órgão deste ano 15 mil bolsas, em todo país, a menos do que em 2018 — em 2019, não houve edital. Esse corte representa redução de 50% nas vagas do programa. Em 2018, a oferta já havia sido 33% menor, com encolhimento de 14 mil bolsas em relação ao edital prévio. Uma das consequências decorrentes dessas reduções, conforme Roselane, é a

elevação do número de estudantes sob a supervisão de um mesmo coordenador de área: chegaram a ser dez em editais anteriores, agora são 24 alunos.

Contudo, o corte de maior impacto, alerta a docente, foi na verba de custeio à qual cada bolsista tem direito para usar com despesas de atividades em sala de aula. Agora, os alunos recebem apenas o valor da bolsa. “Eles cortaram os benefícios que tínhamos antes, como as passagens e valores para comprar livros, materiais, xerox, gasolina”, lamenta.

Roselane acredita que essa falta de verbas pode comprometer a qualidade do trabalho. “Teoricamente, as atividades continuam as mesmas, mas os recursos para realizá-las são muito menores.”

Prioridades – Um dos objetivos do Pibid é incentivar a carreira docente nas disciplinas da educação básica com maior carência de professores com formação específica. Segundo o edital deste ano, as áreas prioritárias, que receberam 60% do total de 30.096 bolsas previstas, são Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Física, Química, Biologia e Alfabetização. Essa última é considerada uma das prioridades das políticas educacionais do governo Bolsonaro.

Os bolsistas atuam no ensino fundamental de escolas públicas nas quais o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) esteja abaixo da média nacional (4,4) e devem adequar seus projetos ao contexto em que elas estão inseridas. A experiência oportunizada pela bolsa muitas vezes constitui a primeira entrada dos alunos de licenciatura em sala de aula na posição de professor.

Para Roselane, o Pibid é uma atividade complementar que melhora a formação do aluno. “A iniciação à docência insere o estudante dos cursos de licenciatura no conjunto de práticas docentes, reconhecendo a escola pública como espaço indispensável de formação do professor. Ele sai com outra construção profissional, aprende a lidar

com as frustrações, compreende o que é uma escola e participa efetivamente dela”.

Construir pontes – O bolsista do Pibid busca contextualizar o conteúdo que será desenvolvido levando em conta a escola, o lugar onde ela está inserida e o conhecimento prévio dos alunos. “A aprendizagem é mais significativa”, relata a graduanda Tânia, que desde outubro de 2018 participa do projeto na escola Menino Manoel Luiz, no parque histórico de Tramandaí. Duas vezes por semana, ela e os outros bolsistas do programa participam das aulas de ciências com atividades práticas. Como a escola não tem laboratório de ciências, muitas vezes, os bolsistas pegam emprestados os microscópios e outros materiais da Universidade.

Nessa cooperação, concretiza-se um dos objetivos do programa: o estabelecimento de uma ponte entre a universidade e a escola pública. A ideia é que os alunos da rede pública tenham acesso ao conhecimento e à tecnologia através da universidade. Elisa Spode Machado, supervisora do programa na escola Menino Manoel Luiz, considera essa integração enriquecedora para a escola, uma vez que os bolsistas promovem aulas diferenciadas e experimentais, planejam atividades práticas e pesquisas de campo, o que estimula o aprendizado dos alunos. “As crianças sempre estão perguntando, curiosas para saber o que vai ter na próxima aula com o Pibid. É sempre uma novidade”, conta Elisa. Tânia considera isso importante para o crescimento do aluno. “A aprendizagem se torna mais significativa quando se consegue aliar a prática à teoria”, completa.

Uma das atividades realizadas na Menino Manoel Luiz com auxílio dos bolsistas foi uma feira de ciências. A escola já havia promovido eventos como esse, mas, de acordo com a supervisora, a participação das bolsistas foi fundamental no estímulo aos alunos para participar e pesquisar. “Tivemos pais que ajudaram nos

projetos dos filhos. A família viu que alguma coisa mudou, que os alunos estavam interessados em aprender e buscar o conhecimento”, conta Elisa.

“O programa é muito importante quando se quer formar professores conscientes, que entendam o papel da educação como fundamental pro desenvolvimento de um país, de uma sociedade.”

Adriana Santos

A convivência com os bolsistas é igualmente transformadora para os docentes da escola. Durante a feira, os professores buscaram ajuda para incentivar seus alunos também. De acordo com Elisa, trata-se de uma relação de trocas: os professores titulares ouvem com respeito as alunas do Pibid, que constroem sua formação profissional na convivência com os futuros colegas. “Elas vieram e deram outro gás para as aulas. Fizemos a gente [professores titulares] estudar e ir atrás também, e a gente acaba se reciclando. Eu cresci como profissional”.

Trabalho na escola – Uma das premissas do Pibid é a observação e a reflexão sobre a prática profissional no cotidiano das escolas.

Além de elaborar o planejamento e a aplicação das aulas, os bolsistas do programa fazem estudos teóricos, com a realização de pesquisas e artigos. “O Pibid discute muitas teorias de ensino e aprendizagem. Como o aluno vai aprender? Quais são as nossas abordagens para que o aluno aprenda?”, relata Adriana do Nascimento Santos, aluna do 8º semestre de licenciatura em Educação no Campo - Ciências da Natureza. “O programa é muito importante quando se quer formar professores conscientes, que entendam o papel da educação como fundamental pro desenvolvimento de um país, de uma sociedade”, ressalta.

Além disso, todo o trabalho é acompanhado pelos supervisores da Universidade e da escola: são realizadas reuniões com os licenciandos de cada subprojeto para avaliar as atividades desenvolvidas em sala de aula e discutir o que funciona, bem como para indicar qual é o conteúdo a ser trabalhado pelos bolsistas. Segundo Adriana, o Pibid tem um vínculo muito forte com a escola e com os outros professores. “Eles ajudam muito na formação, tanto no planejamento quanto na execução da atividade”, relata.

A iniciação à docência por meio do programa permite que os alunos de licenciatura se tornem professores mais preparados no futuro. “Quando a gente chegou no estágio, os bolsistas do Pibid já tinham uma segurança muito maior em sala de aula. Já tínhamos experiência tanto do que dava certo quanto do que dava errado”, ressalta a estudante.

Adriana enfatiza que o Pibid foi um trabalho que lhe rendeu muitos frutos. “Vou levar para a minha formação enquanto professora e também como pessoa”. Ela lamenta a redução do programa, pois entende que os cortes prejudicam a sociedade como um todo, principalmente a educação básica.

Júlia Provenzi,
estudante do 6.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

Estrutura do programa

O formato do Pibid sofre alterações a cada edital lançado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Atualmente, o programa configura-se em subprojetos – áreas de abrangência que coordenam as ações desenvolvidas. Cada um deles pode ser constituído por vários núcleos, os quais são formados por um coordenador de área, três supervisores, 24 discentes bolsistas e até seis alunos voluntários. Em 2020, a UFRGS terá subprojetos vinculados às áreas ao lado.

Além das bolsas para alunos de licenciatura, as equipes também são compostas por membros da Universidade (coordenadores de área) e da escola (professores supervisores), responsáveis por acompanhar o trabalho e integrar as duas instituições.

- Sociologia
- Filosofia
- Ciências – EAD
- Pedagogia
- Matemática
- Multidisciplinar
- Letras - Língua Espanhola
- Educação Física
- Artes e Letras
- Artes
- Geografia
- Educação no Campo (Litoral Norte e Porto Alegre)

► ufrgs.br/jornal

_ Pibid na UFRGS





A aquarela de José Carlos Freitas Lemos integra o projeto de extensão Memória – 50 anos dos expurgos da UFRGS

FLAVIO DUFRAY/JU

Lições de um período de silenciamento

Memória
Mais de cinco décadas depois do início do regime militar brasileiro, o reconhecimento da perseguição aos docentes na Universidade dá mais um passo

Imagine descobrir através de uma transmissão de rádio que você foi demitido. Sem comunicação do chefe, convocação para comparecer ao RH, aviso prévio, nada disso. Apenas repentina e sumariamente afastado de suas funções. Para piorar, essa demissão não só lhe afasta do emprego como ainda vira

uma marca perante a sociedade, fazendo com que algumas pessoas do seu convívio tenham receio de se aproximar ou mesmo conversar com você.

O cenário que parece até ficcional aconteceu com professores da UFRGS em 1969, no auge da perseguição política na ditadura militar brasileira. Os episódios arbitrários fizeram parte da segunda etapa do que entrou para a história como “expurgos” da Universidade, afastamento de professores em processo iniciado em 1964. Nesse período sofreram também perseguição técnicos administrativos e estudantes que fossem considerados subversivos ou opositores do regime.

No caso dos professores, os expurgos da UFRGS aconteceram em duas ocasiões. A primeira foi logo após o golpe de 1964, quando 17 docentes foram afastados de suas atividades acadêmicas sob aparente normalidade. A segunda foi em 1969, em um período de acirramento da repressão, atingindo outros 20 educadores.

Falsa normalidade – Em abril de 64, havia a intenção – ou, ao menos, o discurso – de que o governo militar fosse transitório e de que a democracia seria prontamente restabelecida. Isso pode explicar porque os processos de exclusão de professores tenham tentado manter uma aparência de normalidade jurídica e respeito à autonomia da instituição. Por ordem do Ministério da Educação (MEC), as universidades deveriam constituir comissões internas para julgar os docentes acusados de subversão. O que não significa que as instituições não tenham encontrado formas de resistir ao assédio, pelo contrário. Na UFRGS, o parecer foi de que não havia necessidade de investigar os professores, decisão que não agradou o MEC.

Como a normalidade era apenas na aparência, o ministério então determinou a criação de Comissões Especiais de Investigação Sumária (Ceis) na Universidade, grupos que passaram a ser responsáveis pelos inquéritos.

Essa determinação criou uma cisão dentro do corpo docente. De um lado, havia o grupo de professores que acreditava não haver como impedir a instauração das Comissões, mas que seria possível minimizar os danos, já que a Universidade indicaria educadores para participar dos processos. De outro, havia aqueles que se recusaram a tomar parte nas ações por considerarem que isso legitimava a perseguição.

A divisão entre integrantes das comissões e acusados era evidente, e não só por estarem em posições antagônicas. Os processos, segundo os expurgados, foram, em grande parte, guiados por vaidades e desavenças pessoais. Atualmente aposentado, o professor Cláudio Accurso, por exemplo, acabou afastado da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) à época em um processo capitaneado por um de seus colegas de unidade, Nagipe Buaes. O caso ocorreu depois que os dois tiveram resultados opostos em uma enquete informal realizada

pelos alunos da faculdade. Enquanto o primeiro foi o docente mais bem avaliado, em último lugar ficou o responsável pelo processo. No inquérito, perguntas sobre atividades subversivas ou propaganda comunista deram lugar a questionamentos sobre uma suposta influência do réu na realização do levantamento entre os estudantes e um tópico mais inusitado: “Por que um aluno reprovado na disciplina do professor Buaes foi indicado por Accurso para uma bolsa de estudos oferecida pela ONU?”. “Eu respondi ao professor Buaes que ele perguntasse à ONU, porque o estudante foi aprovado para a bolsa. Então, a ONU deveria ter critérios de avaliação diferentes dos dele”, relembra Cláudio.

Uma coleção das mais absurdas acusações está recordada no livro *Universidade e Repressão: os expurgos na UFRGS*, publicado pela editora L&PM, em 1979 – logo após o processo de anistia. Entre elas estão: controlar a situação comunista na faculdade, participar de greve dos



estudantes, exercer influência esquerdistas na mentalidade dos alunos, perturbar a convivência universitária e “só se dar com comunistas”.

Além de carecerem de embasamento, os processos das comissões também ignoravam preceitos jurídicos dos mais básicos. Os acusados não tinham direito, por exemplo, a uma cópia por escrito das acusações – que eram apresentadas oralmente. O professor Luiz Fernando Corona, da Faculdade de Belas Artes, impetrou mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) atestando a impossibilidade de ampla defesa por não ser possível arrolar e ouvir testemunhas, impedimento imposto sem justificativa. “A honorável Comissão transformou o rito da investigação em uma farsa, basta recordar que não é possível o preparo de qualquer defesa razoável sem pesar o valor, a autenticidade, a idoneidade da fonte das provas da acusação, que devem ser refutadas com outras provas. Mas como refutá-las sem conhecê-las?”, argumenta o mandado, segundo o livro *Universidade e Repressão: os expurgos na UFRGS*.

Ante esse cenário, não havia muito o que os réus poderiam fazer. Muitos, como os professores Cláudio e Luiz Carlos Piniheiro Machado, da Faculdade de Agronomia e Veterinária, seguiram com carreira na iniciativa privada, mas não sem dificuldades. Para Luiz Carlos, por exemplo, a interrupção abrupta da carreira na UFRGS, por mais injusta que tenha sido, não foi a maior frustração. Em 1964, ele estava pesquisando na Alemanha Ocidental, a convite do governo do país, quando recebeu a má notícia da esposa: por telegrama, ela contou que ele teria que voltar ao Brasil, pois estava sendo convocado, por publicações em jornais, pela Comissão de Inquérito. “Eu era o mais jovem professor catedrático da Universidade e havia sido paraninfo três vezes. O governo da Alemanha Ocidental havia dito para eu ficar o tempo que quisesse”, lembra Luiz Carlos, também aposentado.

O professor Cláudio conta ainda que conseguiu ter uma carreira bem sucedida depois da expulsão, mas com percalços. Quando saiu da faculdade, teve três empregos interrompidos pelos militares. O primeiro foi na Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), onde foi convidado para fazer um projeto para o Banco Mundial. “Quando os milicos descobriram, deram um ultimato e me botaram pra rua”, lamenta. O segundo foi na iniciativa privada, mas a empresa teve o crédito ameaçado pelo regime caso não o demitisse. Depois, o ex-docente foi convidado para preparar o orçamento da gestão de Ildo Meneghetti, governador do Rio Grande do Sul entre 1963 e 1966. “Um dia, o governador

me chamou e disse: ‘Professor, vou lhe pedir o favor de não botar mais os pés aqui, porque vão lhe prender. E, pra mim, seria uma vergonha muito grande se o senhor sair do palácio preso’”, conta Cláudio.

“As universidades têm o dever de pesquisar e divulgar a história, além de ter um posicionamento oficial sobre o que aconteceu com professores, estudantes e funcionários”

Lorena Holzman

A própria universidade também perdeu com os expurgos. A perseguição impediu a UFRGS, por exemplo, de ter a primeira disciplina de comportamento animal, criada por Luiz Carlos na Universidade Federal de Santa Catarina. O impacto total das exclusões, no entanto, é difícil de ser mensurado, como aponta Cláudio. “Os que foram expulsos eram a nata dos professores. É só ver o currículo de quem saiu. Nas comissões, estavam professores marginais, medíocres. Teve até membro do partido integralista, fascista. O que aconteceu foi uma vergonha para a Universidade. Fico feliz em ver a UFRGS recordar essa história, parabenizo o reitor e os professores, mas que instituição leva 50 anos para rever tamanha injustiça?”, questiona.

Cláudio, Luiz Carlos e outros professores que foram afastados só começaram a ver alguma reatuação da Universidade no fim de 2019, quando foi inaugurado um monumento no pátio do Câmpus Centro com os nomes dos docentes expurgados. Mas muitos dos personagens, vítimas, culpados, cúmplices ou testemunhas já não puderam ver o resgate da história. “Gosto muito de frisar que todos que participaram do meu processo estão mortos. Mas eu sigo aqui”, enfatiza Luiz Carlos.

Movimento estudantil – José Loguercio ingressou como estudante na UFRGS em uma época que não era das mais propícias para quem gosta de política. Em março de 68, começou o curso de Ciências Sociais e, logo em abril, foi eleito presidente do Centro Acadêmico. Em outubro, era presidente da

bancada regional da União Nacional dos Estudantes (UNE), que havia sido declarada ilegal pelo governo, e esteve presente em um momento histórico do movimento estudantil: o trigésimo congresso da entidade. O evento estava sendo realizado na cidade de Ibiúna (SP) até ser interrompido pelos militares, que prenderam todos os participantes. “Ficamos detidos por uma semana. Depois, 71 estudantes tiveram a prisão preventiva decretada, acusados de reorganizar a UNE. Em Porto Alegre, fui preso de novo durante uma reunião pelo direito dos excedentes [como ficaram conhecidos os estudantes que tinham média para aprovação no vestibular, mas não tinham ingresso assegurado por falta de vagas]. Depois de 15 dias recluso, fui levado para São Paulo, mas nesse meio tempo um advogado provou que a extinção da UNE foi ilegal. Então, tiveram que nos enquadrar no crime de manifestação pública, que tinha pena mínima de seis meses, a minha condenação”, recorda José.

No mesmo congresso, estava um estudante que viria a ser um nome importante da política em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul: Raul Pont. Ele ingressou na UFRGS em 1964, no curso de História, mas mudou para Economia em 1966. Depois, esteve na linha de frente do movimento estudantil na resistência contra o regime militar, sendo presidente do Diretório Central de Estudantes Livre, em 1968 e 1969. “Além de colocar a UNE na clandestinidade, em 1967, a ditadura proibiu eleições diretas para os DCEs. Apesar disso, seguimos com votações diretas e mantivemos eleições para um diretório livre e reconhecido pela maioria das entidades estudantis”, lembra Raul. À época, foi testemunha também de outro marco histórico negativo para a UFRGS: o segundo movimento de cassação de professores pelo regime militar.

Aumento da repressão – Depois da publicação do Ato Institucional número 5, o AI-5, a repressão aos opositores do regime aumentou, assim como a arbitrariedade na perseguição política. Foi assim que 20 professores da UFRGS ficaram sabendo dos decretos que os demitiam através de transmissão de rádio da Hora do Brasil, um canal muito popular de informação à época. Diferentemente do que aconteceu em 1964, sequer houve preocupação em fazer parecer com que a decisão decorria de um processo legal, com direito à defesa e ao contraditório.

Claro que, mesmo dentro de um período de silenciamento, não deixaria de haver resistência, mas o medo imperava. “Ocupamos o prédio da Filosofia contra as cassações, mas nós [estudantes] ficamos isolados. Não havia, como hoje, entidade que representasse os reitores e

as universidades; a organização de professores e trabalhadores na instituição estava proibida. Alguns docentes achavam que devíamos recuar nas ações, com medo de mais cassações”, conta Raul. Ele reconhece que houve um pequeno número de educadores que resistiu silenciosamente, mas o impacto das demissões ia além dos afastados: os que ficavam conviviam com o medo que imperava no ambiente acadêmico. Em aula, nenhum professor se animava a levantar debates, e os estudantes não sabiam em quem se podia confiar. Então, não tinha como haver confronto de ideias. “Conseguíamos discutir alguma coisa, mas era fora da sala”, acrescenta Raul.

Em 29 de agosto de 1969, o governo publicou um decreto com 14 afastamentos. Mesmo em um período de medo e perseguição, alguns professores assinaram um documento exigindo a reintegração dos expurgados ou a demissão do reitor, Eduardo Faraco. Os signatários foram convocados a prestar esclarecimentos e retirar sua assinatura, sob pena de punição por insubordinação. Isso fez com que cerca de 20 docentes removessem o nome do documento, mas outros seis mantiveram sua posição, acabando por se juntar na lista de afastados. Nesse ano, foram 20 expurgados. A perda da Uni-

versidade pelas expulsões ainda foi amplificada pelas demissões voluntárias em solidariedade a esses professores. Mais quatro docentes deixaram espontaneamente o quadro de servidores da UFRGS: Antônio Cheuiche, Gabriel de Azambuja de Britto Velho, Bruno Puntel e Maria Luísa de Carvalho Armando.

Em todo o regime, 37 professores foram expurgados da Universidade. Enquanto para algumas famílias das vítimas da ditadura brasileira recuperar a história é fazer justiça ao popular lema “perdoar, mas não esquecer”, para outras a única solução é responsabilizar aqueles que praticaram crimes hediondos, como os torturadores. Em ambos os casos, o direito à verdade histórica é imprescindível para o país, uma lição que fica marcada no pronunciamento de Rina Ricci, viúva do diretor da Faculdade de Filosofia expurgado da UFRGS, Angelo Ricci, que morreu em 1977. Durante uma homenagem póstuma ao docente, em 1979, ela disse: “A família Ricci, unida, desde o dia 17 de julho de 1977, concedeu anistia ampla, geral e irrestrita a todos os que perseguiram este homem, até o destruírem interiormente”.

Emerson Trindade Acosta, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da UFRGS

Organizações de classe

Durante grande parte do regime militar, a organização sindical de servidores e professores foi proibida, por isso as categorias estavam reunidas na Associação Beneficente dos Servidores da UFRGS (Absurgs), que não tinha status de representação de classe. Só em 1978 surge a Associação dos Docentes da UFRGS (Adufrgs), já em um contexto de abertura política. No ano seguinte, em meio ao processo de anistia, a entidade lançou o livro *Universidade e Repressão*, lembrando as histórias dos professores cassados e o cenário de perseguição.

A professora aposentada Lorena Holzman é uma das autoras da obra e vê com muita preocupação as semelhanças, e mais ainda as diferenças, entre o cenário que as universidades viveram a partir de 1964 e o contexto atual. “Acho que a sociedade brasileira não enfrentou as mazelas do período militar como outros países da América do Sul. Quando eu perguntava aos alunos o que aconteceu em 1964, todos sabiam, mas ninguém tinha ideia do que ocorreu dentro da UFRGS. As universidades têm o dever de pesquisar e divulgar a história, além de ter um posicionamento oficial sobre o que aconteceu com professores, estudantes e funcionários. É assim que podemos avançar, até porque, hoje, o controle ideológico na universidade é pior. Os militares perseguiram pessoas que eles achavam ter a capacidade de desafiar o status quo de então. Atualmente, quem está sob ataque é o próprio ensino superior público”, argumenta.

Nos anos 1980, uma série de greves e mobilizações pela democratização do país pavimentaram o caminho para o retorno das entidades de classe e o surgimento da Associação dos Técnico-administrativos da UFRGS (Assufrgs). O grupo, que hoje representa ainda servidores da Universidade Federal das Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcspsa) e do Instituto Federal do estado (IFRS), trabalha no resgate histórico do período, para não apagar uma era de silenciamento e perseguição também dos técnicos administrativos.

ufrgs.br/jornal

Quem foram os professores expurgados



Nova luta estudantil

Movimentos

Alunos alegam sofrer retaliações do governo após realizarem manifestações no ano passado e prometem novas ações em 2020

Fernanda da Costa

Trinta e cinco anos depois do fim do regime militar no Brasil, período em que estudantes foram perseguidos, torturados e mortos ao lutarem pela democracia, o movimento estudantil hoje se vê novamente como alvo de ataques governamentais. Segundo entidades estudantis, a luta atual contra o desmonte da educação pública levou o governo a “retaliar” os movimentos com discursos difamatórios e com a medida que criou a carteira estudantil digital – o documento físico era a principal fonte de arrecadação de alguns grupos discentes.

Conforme a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), “o desmonte de um projeto de ensino superior inclusivo, diante do aprofundamento dos cortes de orçamento, inseriu as universidades e agências de fomento à pesquisa em uma situação de dificuldade de manutenção”. Frente a esse cenário, as entidades alegam que a atuação dos movimentos estudantis tem sido imprescindível “para determinar o rumo da educação no Brasil”. Os argumentos foram expostos no documento “Universidade Pública Pra Valer!”, divulgado em conjunto pelos grupos no final de novembro. Com oito páginas, a carta traz 43 propostas para as instituições (veja algumas ao lado) como parte de uma campanha que prevê a realização de eventos em diversos estados neste semestre. “Será uma ação de ‘contra-ataque’ às ameaças e à censura que as universidades têm recebido”, afirmou o presidente da UNE, Iago Montalvão, no site da entidade.

Para alguns profissionais que acompanharam o papel de protagonismo estudantil na luta pela democracia durante os anos de chumbo – 125 dos 436 mortos e desaparecidos políticos eram estudantes segundo levantamento da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos –, o momento



Estudantes protestam contra cortes na educação em atos que ocorreram em mais de 200 cidades em 15 de maio do ano passado

FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - MAIO/2019

atual requer um novo enfrentamento. “Há 40 anos, era claro, nós tínhamos uma ditadura a derrubar, nós tínhamos uma democracia a reconstruir. Agora, o nosso ministro da educação acaba de dar um passo decisivo para privatizar o ensino. A luta é muito maior do que era naquela época”, ressaltou o fotógrafo e antropólogo Milton Guran no 57.º Congresso da UNE, realizado em julho do ano passado, em Brasília, em discurso reproduzido pelo jornal Brasil de Fato. Doutor em Antropologia pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, na França, e mestre em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UnB), Guran fotografou boa parte da história do movimento estudantil e possui um acervo que deve virar livro.

No mesmo evento, o então presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Reinaldo Centuducatte, afirmou que os estudantes têm novamente a necessidade de defender a democracia. “Em 1979, tivemos um movimento de extrema importância para varrer para longe a ditadura. Hoje, temos de novo essa necessidade: a democracia está em risco. Temos que colocar para fora essa política que não leva em consideração a maioria da população brasileira”, declarou, conforme cobertura da UNE.

Coordenador-geral da Associação dos Pós-Graduandos da UFRGS, Rodrigo Fuscaldto acredita que a história não irá se repetir, mas afirma que está “seguindo um caminho muito

parecido”. “Tivemos a apologia ao nazismo vindo de um ministro. É um obscurantismo que serve para dominação. Se o povo não tem conhecimento, é mais fácil manipulá-lo”, afirma. Nesse contexto, segundo ele, o papel dos movimentos estudantis é organizar os alunos “para conseguir, minimamente, barrar alguns dos prejuízos apresentados pelo governo e tentar avançar em algumas pautas”, acrescenta.

Para Ana Paula Santos, coordenadora-geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade, os movimentos estudantis precisam seguir tendo o papel de vanguarda que tiveram durante a ditadura. “No ano passado, o movimento teve destaque construindo as manifestações de 15 e 30 de maio, tsunamis da educação, datas históricas”, relembra a estudante.

Polêmica da carteira – Após ter participado da organização de pelo menos seis manifestações nacionais no ano passado contra mudanças na educação, entre elas os cortes nos orçamentos para universidades federais e bolsas de pesquisa, entidades argumentam que o governo federal criou a carteira estudantil digital como retaliação aos movimentos. Principal fonte de arrecadação de entidades como UNE, ANPG e União Nacional dos Estudantes Secundaristas (Ubes), o documento físico que custava R\$ 35 agora pode ser feito de graça pela internet. Em nota, os presidentes da UNE, Iago Montalvão, da ANPG, Flávia Calé, e da Ubes, Pedro Gorki, afirmaram que a criação

da carteira estudantil digital “é uma iniciativa demagógica que visa tirar a atenção dos reais problemas da educação e da ciência brasileira”, além de ser uma “ação autoritária que tem como objetivo retaliar e enfraquecer as entidades estudantis”.

Os presidentes também informaram que pouco mais de 2% do total de estudantes de ensino superior emitem documentos com a UNE, pois a maioria faz a carteira diretamente com seus diretórios acadêmicos e entidades estaduais. “A receita proveniente da emissão de carteiras é fonte de financiamento de toda essa rede de entidades (...) que o governo federal pretende prejudicar”, argumentaram na nota. Além disso, já era garantida a confecção gratuita do documento para estudantes de baixa renda.

A posição dos movimentos nacionais é compartilhada pelos líderes estudantis gaúchos. “Essa verba é importante para tocar as lutas, para organizar eventos e imprimir os materiais”, alega Rodrigo. “Se fosse para pensar nos estudantes, o governo chamaria as entidades para debater e resolver os reais problemas”, completa Ana.

Chamado de ID Estudantil, o documento digital passou a ser emitido desde 25 de novembro, quando o governo lançou o aplicativo para a criação da carteira online. De acordo com o MEC, além de não ter custo ao aluno, a tecnologia reduzirá a burocracia e garantirá o direito à meia-entrada nos eventos culturais por meio da leitura de um QR Code localizado no aplicativo.

O que querem os estudantes:

- A autonomia universitária deve ser garantida
- As universidades e institutos públicos devem manter gratuidade da graduação e pós-graduação stricto sensu
- Os recursos discricionários de manutenção e investimento nas Instituições de Ensino Superior (IFES) devem ser recompostos tomando como base os valores da Lei Orçamentária Anual 2016
- A Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos) deve ser revogada
- O Plano Nacional de Assistência Estudantil deve ser transformado em lei com garantia de recursos suficientes para permanência estudantil e autonomia de gestão e execução orçamentária pelas IFES, incluindo a pós-graduação em sua política e dotação orçamentária
- Congregações, conselhos superiores, colegiados e comissões devem ter garantia da representação discente eleita de forma paritária, isto é, com a mesma participação nesses órgãos que os servidores docentes e técnico-administrativos

Fonte: Universidade Pública Pra Valer!

Meu Lugar na UFRGS

FLÁVIO DUTRA/JU



Uma construção

Jacira Cabral da Silveira

A conversa inicial apontava para uma não conversa, pois o foco desta coluna desfazia-se na primeira resposta: “Difícil dizer qual é o meu lugar, eu nunca me senti pertencente. Fiz vários amigos nesses seis anos e meio de curso, mas não sei se tenho um ‘meu lugar’ aqui”.

Cássia Lima Lemos é uma jovem de 26 anos. Ingressou pelo sistema de cotas raciais num dos cursos mais concorridos da Universidade no segundo semestre de 2013: Arquitetura e Urbanismo. A conversa segue, e vêm os primeiros relatos que justificam sua sensação de não pertencimento: histórias de constrangimento vividas dentro e fora de sala de aula. Mas, quando ela conta do grupo criado entre os estudantes negros do seu curso juntamente com os da graduação em Design, a ideia de “não lugar” perde força.

Criado há cerca de três anos durante um dos eventos que marcam o Novembro Negro na UFRGS, o grupo surgiu para que esses estudantes pudessem conversar sobre questões étnico-raciais a partir dos episódios que cada um enfrentava no dia a dia na instituição. Passou a ser também um espaço onde procuravam construir estratégias na tentativa de evitar que tais acontecimentos se repetissem com outros colegas. Sem uma sede nem uma periodicidade para realizar suas reuniões, o coletivo se legitima toda vez que dois ou mais dos integrantes do grupo se encontram e trocam experiências.

Durante as ocupações de prédios da UFRGS em novembro de 2016, em protesto à Proposta de Emenda à Constituição 55 (teto dos gastos), o grupo organizou uma palestra sobre os negros na Universidade. Embora a adesão tenha sido pequena, Cássia diz ter ficado emocionada especialmente com o relato do primeiro negro cotista graduado em seu curso. “Passaram-se anos desde que o Horácio se formou e várias das coisas ainda

aconteciam”, lembra.

Situações como quando Cássia foi a única a ser chamada a sair da fila para assinar o registro de entrada ao chegar à faculdade, enquanto um grande número de estudantes estava ingressando somente ao passar o cartão. Ela ainda recorda a cena: “O que tu tá fazendo aí? Tu tem que botar o nome aqui”, ouviu do segurança. Respondeu: “Mas por que eu tenho que colocar o nome aí se todos estão entrando só com o cartão? Sou tão aluna quanto toda essa galera!”. Para evitar alvoroço, assinou o caderno e foi a um dos setores responsáveis da unidade, onde ouviu do atendente: “É o procedimento”. Contrariada com a justificativa, questionou: “É procedimento pra mim que sou mulher negra retinta?”.

“Era difícil para meus colegas perceberem que o que eu falava sobre as ocorrências excessivas não era só mais uma perseguição igual àquelas de que qualquer aluno poderia ser vítima.” Por outro lado, quando relatava o mesmo fato no grupo, eles se identificavam com o ocorrido. Foi nesse espaço também que Cássia pôde trocar dicas de leitura que hoje considera fundamentais para seu crescimento pessoal. “Ressignifiquei várias palavras desde que comecei a ler aqui sobre pautas negras e sobre a sociedade e assim pude me entender: Cássia, mulher preta retinta, neste ambiente elitizado. Eu precisava compreender qual o processo que tinha me trazido até aqui.”

Ao reconhecer o grupo dos colegas negros como seu lugar na UFRGS, especialmente por ser um lugar de reconhecimento e de fortificação, Cássia menciona o conceito de aquilombamento, que resignificou a palavra pra ela. “As pessoas, quando falam em quilombo, pensam em um lugar para onde as pessoas fugiam. Pra mim, hoje, esse termo não é o lugar para onde os negros fugiam. Muitas vezes era o primeiro lugar onde se sentiam livres, pertencentes.”

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

“Até hoje sou dona de mim”

Flávia Ohlweiler Uma trajetória de independência e equilíbrio mesmo nos desafiadores anos de chumbo

“Um dia, no bonde que eu tomava para ir ao Julinho, encontrei o Erico Verissimo. Ele ficou impressionado, porque eu andava com livros nos braços. Naquela época não era tão comum uma mulher estudando”, relembrou Flávia Ohlweiler da Silveira, professora aposentada da UFRGS. Com 94 anos e vestida num traje elegante – blusa branca e saia escura –, ela recebeu a equipe do JU em seu apartamento na Zona Sul de Porto Alegre. Decidida, embora um pouco tímida, durante a conversa fez questão de definir o que deveria ficar de fora e o que entraria em seu perfil, como o encontro com o autor da trilogia *O tempo e o vento*, na provinciana capital do estado, em que ainda circulavam os bondes.

Nascida em 1925, ela se mudou, aos 13 anos, de Taquari para Porto Alegre. Na capital, estudou no internato Bom Conselho até ir para o colégio Júlio de Castilhos. “Quando iniciei no Julinho, queria fazer o científico, mas não havia mais vagas, então fiz o clássico, que era para quem quisesse lecionar.” Logo depois, seus pais, Anselmo e Nair, e irmãos, também se mudaram para Porto Alegre. “Uma moça não poderia viver sozinha naquele tempo”, disse.

Embora tenha feito o clássico, Flávia ingressou no curso de Farmácia na década de 1940, ainda

vinculado à Faculdade de Medicina da então Universidade de Porto Alegre. “As moças com boas condições financeiras procuravam esse curso, porque durava só três anos”. Ela explicou que isso ocorria por conta do casamento. “Mas sempre fui dona de mim”, enfatizou. “Ainda sou, mesmo com essa idade. Os filhos não conseguiram mandar em mim”, brincou. Flávia tem três filhos – Anselmo, Ondina e Wilson –, 11 netos e 11 bisnetos. Viúva há 21 anos, hoje mora sozinha, contando com duas ajudantes nas tarefas domésticas.

A Porto Alegre em que passou a juventude era pacata. “Não lembro de ter bares. Eu ia aos bailes do Leopoldina Juvenil e ao cinema, em alguns dias víamos várias sessões.” Mas o que mais fazia mesmo era ler. “Sempre gostei. Lembro de alguma história que me marcou e leio a obra de novo para lembrar os detalhes”. Está relendo *O crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio*, ambos de Eça de Queirós.

Política e docência – No corredor que leva aos quartos, Flávia mostra o quadro com a caricatura do marido, Wilson Vargas da Silveira, político filiado ao PTB e parceiro de Brizola desde a época em que estudavam no Julinho. Em 1964, no golpe que instaurou a ditadura militar, foi um dos primeiros deputados federais a ter seus direitos cassados. “Nunca me meti na política. Porém levei o Wilson e o Jango, quando ele foi deposto e antes de ir para o Uruguai, escondidos à casa do general Ladário Telles, na rua Dom Pedro II”.

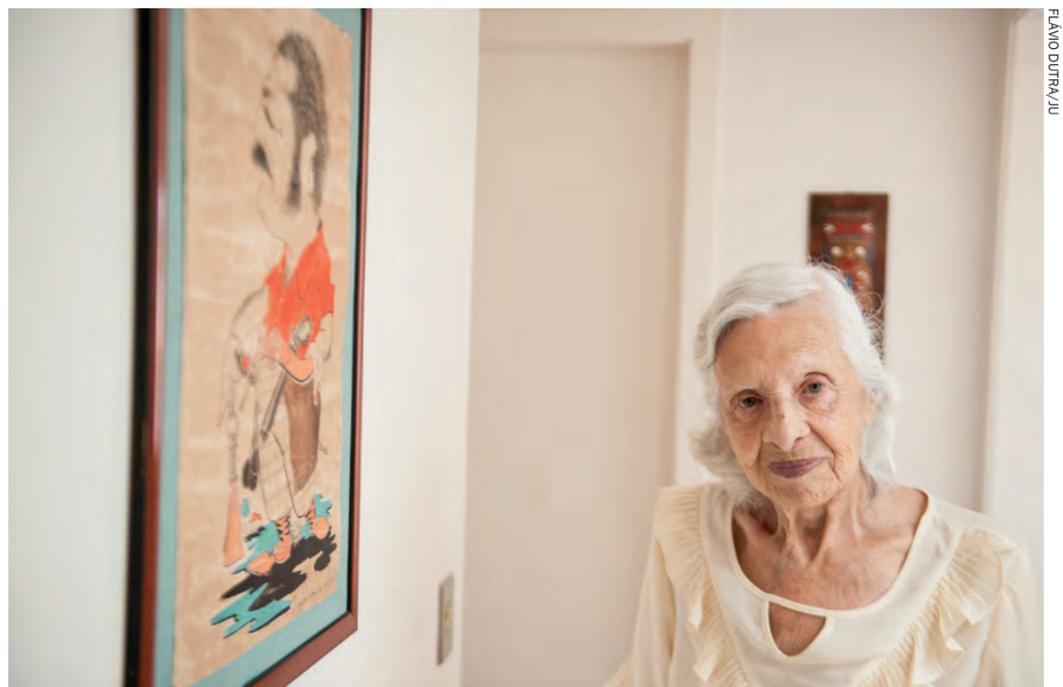
O casal se conheceu ainda no Julinho. Quando ela estava na metade da graduação – e ele cursando Direito – casaram-se em uma cerimônia íntima e discreta e moraram um tempo em São Francisco de Paula. Para concluir

o curso superior, ela viajava à capital algumas vezes na semana. De volta a Porto Alegre dois anos mais tarde, a ideia de Flávia era ter sua própria farmácia, mas as circunstâncias a levaram para outro caminho: tornou-se professora assistente na Universidade em 1952. “Comecei dando aula de farmácia galênica, um campo dedicado a Galeno, um dos primeiros a estudar Farmácia. Então, o diretor da unidade me indicou para ministrar a disciplina de bromatologia e disse para eu dar aula naquele dia mesmo. Meu chão parecia que tinha sumido!”, relembrou. Durante os 30 anos em que lecionou, Flávia passou por momentos conturbados: “Como meu marido era um político conhecido, alguns professores tinham até medo de me cumprimentar, com receio de represália por parte da ditadura”.

Apesar de concordar com muitas das posições políticas de Wilson, preferia não militar. “Sou de oposição até hoje. Gostei das mudanças de Getúlio em relação às questões trabalhistas, por exemplo. Mas, durante a ditadura militar, nunca falei sobre nada em aula, não era o lugar”. Quando o marido foi preso, foi com o salário da docência que ela sustentou a família. “Tive sorte: o diretor da faculdade, Henrique Oliveira, não deixou que o DOPS entrasse no prédio e ainda me avisou que eu tinha dois alunos infiltrados me cuidando”.

Atualmente, divide o tempo entre as tarefas de casa, as leituras e o convívio com a família. Assim que se aposentou, porém, junto com a colega Ruth Veloso, desenvolveu um pó que dá consistência rápida à geleia. “Montamos uma fabricqueta. Foi um momento muito bom”.

Bárbara Lima,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



FLÁVIO DUTRA/JU



O pássaro da dignidade



IMAGENS E TEXTO
JOSÉ CARLOS FREITAS LEMOS

Nossas histórias são feitas de espectralidades. Constituem um jogo paradoxal em que assombrações, espectadores e exorcistas se confundem. Acontecimentos e práticas consideradas mortas obsessivamente retornam. A exposição de 18 aquarelas em grande formato no Centro Cultural da UFRGS, apresentada no mês de dezembro passado, parte do projeto de extensão Memória – 50 anos dos expurgos da UFRGS, fez emergir um campo privilegiado de fantasmagorias. Sem dúvida, uma das atividades mais intensas que já experimentei. Por 40 dias e noites me submeti a uma espécie de transe vertiginoso. Circulei com pessoas nunca vistas, batalhas perdidas, gritos esquecidos e gestos estranhos, carregados de muita expressão. Vi a realidade como desenho, fui perturbado pela arte, obtive o olhar de um louco. Olhei as pessoas e medi suas sombras, fitei o detalhe dos seus brilhos nas pontas de seus narizes, a posição dos olhos, a geometria das cenas que se descortinavam. Estive com políticos, vivi seus medos, me embrenhei em multidões do passado e compartilhei suas tragédias. Foi em meio a essa sanha incessante, em meu apartamento no Bom Fim, numa tarde quente de outubro, que sobreveio o inexplicável comum aos presságios e às conjurações. Na tela aberta do notebook que eu usava para capturar e copiar imagens, pousou um filhote de passarinho.... Tal acontecimento fraturou minha vontade, piorou a desordem afetiva, remexeu minhas perturbações éticas e morais e acrescentou uma dimensão surreal ao que eu fazia. Somente quando foi finalizada a exposição, plenamente acolhida pelo Centro Cultural, foi que percebi no silêncio de um respeito profundo e insondável o que aquele pássaro havia conjurado e pressagiado. Isto aconteceu no dia da abertura, durante as palavras finais e emocionadas da professora homenageada Maria Luiza Armando: “Vocês me reconciliaram com a UFRGS”.

JOSÉ CARLOS FREITAS LEMOS

É ARQUITETO E URBANISTA, DOUTOR EM EDUCAÇÃO, PROFESSOR DA FACULDADE DE ARQUITETURA DESDE 1997, MINISTRANDO DISCIPLINAS DE ENSINO DE CROQUI E PROJETO ARQUITETÔNICO. SEUS CAMPOS DE PESQUISA E EXTENSÃO SE RELACIONAM A QUESTÕES DE ÉTICA E ESTÉTICA DA ALTERIDADE EM ARQUITETURA E URBANISMO.